

JUSTIÇA

STM: toga acima da farda

Tribunal recebeu pedido de perda de patente de Jair Bolsonaro e outros quatro oficiais por tentativa de golpe de Estado

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO
» LETÍCIA CÔRREA*

Joédson Alves/Agência Brasil



Por cima das fardas, existe uma toga, uma toga invisível. Eles não fazem mais parte do alto comando, não frequentam quartéis, são magistrados. Se espera que ajam com imparcialidade. Todos nós, aqui, estamos por indicação política. Há indicação política e se espera do magistrado correção, imparcialidade que honre a toga"

Maria Elizabeth Rocha,
presidente do STM

Para o MPM, Bolsonaro violou os seguintes preceitos:

- » O "dever de probidade", ao chefiar uma organização para "alcançar objetivos inconstitucionais";
- » O "respeito à dignidade da pessoa humana", por tentar levar o país a um "novo período de exceção democrática".
- » O "cumprimento das leis", ao "conchavar" com outras autoridades o "descumprimento da Constituição".
- » O "zelo pelo preparo moral", ao

- ter uma conduta equiparada ao "estado de imoralidade".
- » A "camaradagem e espírito de cooperação", tendo em vista que a organização criminosa se esforçou em promotor ataques a "militares que não endossavam o movimento golpista".
- » A "discrição em suas atitudes, maneiras e linguagem escrita e falada", ao ter chamado membros de outros Poderes de "canalhas", enquanto

- "esbravejava ameaças e discursos de ódio" em reunião ministerial gravada.
- » O "acatamento das autoridades civis", uma vez que a organização criminosa buscava "inverter a lógica constitucional" da submissão do poder militar ao civil
- » O "cumprimento dos seus deveres de cidadão", ao não respeitar a Constituição, as leis e o resultado das eleições.

Réus e relatores

Almir Garnier Santos
Relatora — Verônica Abdalla Sterman (civil);
Revisor — Guido Amin Naves (militar).

Jair Messias Bolsonaro
Relator — Carlos Vuyk de Aquino (militar);
Revisora — Verônica Abdalla Sterman (civil).

Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira
Relator — José Barroso Filho (civil);
Revisor — Marcus Lancia Barbosa (militar).

Augusto Heleno
Relator — Celso Luiz Nazareth (militar);
Revisor — Péricles Aurélio Lima de Queiroz (civil).

Walter Braga Netto
Relator — Flavio Marcus Lancia Barbosa (militar);
Revisor — Artur Vidigal de Oliveira (civil).

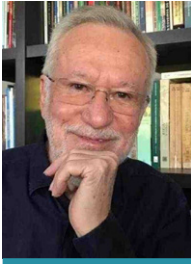
voluntariamente respeitar perante a Bandeira do Brasil, em intensidade que aponta para a declaração de indignidade e a consequente perda do posto e da patente que ostentam e da qual fizeram uso, nos termos do contido no Acórdão lavrado na citada Ação Penal, para cometer as infrações pelas quais

Rito do julgamento

- » Pedido do Ministério Público Militar é formalizado;
- » Relator é sorteado;
- » Aberto prazo de 10 dias para a apresentação de defesa escrita;
- » Caso esta não seja entregue, um defensor público é acionado;
- » Relator prepara o voto (não há prazo);
- » Ministro revisor também prepara o voto;
- » Relator solicita data para julgamento;
- » Plenário julga;
- » Encerradas as chances de recursos, o STM comunica a decisão ao Comandante da Força de cada representado;
- » Após declarada pela Corte a indignidade ou a incompatibilidade com o oficialato, fica obrigatória a cassação do posto e patente.

foram sancionados", diz o MPM. A instituição citou na ação declaração de Bolsonaro de que só deixaria a Presidência "preso, morto ou com a vitória", e que "nunca seria preso".

***Estagiária sob a supervisão de Luana Patriolino**



ALEXANDRE GARCIA

NÃO É APENAS O ENSINO MEDIÓCRE EM QUASE TODAS AS ÁREAS, EM QUE ATÉ PROFISSIONAIS QUE TÊM A LÍNGUA PORTUGUESA COMO PRINCIPAL FERRAMENTA, NÃO SABEM O SIGNIFICADO DAS PALAVRAS NÃO SABEM CONSTRUIR UMA FRASE NA LÓGICA DA LÍNGUA. A CRISE É AINDA PIOR. É MORAL — OU ÉTICA, PARA USAR UM SINÔNIMO

Podridão normal

Dona Romilda Rosa Ferreira, bolsonarista militante, centralizou os Pix para fretar um ônibus em São Lourenço (MG) para quem queria aderir ao acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. O veículo tinha gente também de Itamonte e Caxambu. Semana passada ela foi condenada a 14 anos por associação criminosa armada, tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado de direito. Ela já carrega, há tempos, tornozeleira de semi prisioneira política.

O Brasil, por coincidência, tem tantas Romildas quantos presos

políticos têm a Venezuela. Só que, lá, logo estarão livres, numa anistia geral que abrange os 26 anos de chavismo. Se nossa crise fosse apenas política, com radicalismos, extremismos, fanatismos, vinganças, arbítrio e medo, tudo se resolveria por uma pacificação e volta ao devido processo legal, como aquilo que a Venezuela vai tentar a partir de agora. Mas, aqui, a crise é mais grave e destruidora. E não é só de ignorância, de falta de conhecimento.

Sim, é preocupante que um terço do ensino médico seja inferior a medíocre. "Quem vai cuidar de

nós?" — perguntam-se os médicos de meia-idade. Não; não é apenas o ensino medíocre em quase todas as áreas, em que até profissionais que têm a língua portuguesa como principal ferramenta não sabem o significado das palavras, não sabem construir uma frase na lógica da língua. A crise é ainda pior. É moral — ou ética, para usar um sinônimo. É a falta de princípios, que deveriam ser inculcados na medula das novas gerações na casa da família. Mas como, se até as famílias estão falindo?

O Estadão de domingo mostra o "Compadrio Brasileiro" num

artigo de Fernando Schüller, em que um banqueiro esperto, Daniel Vorcaro, contrata o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega por 1 milhão por mês; contrata o ex-ministro do Supremo, depois ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, por 5 milhões, ambos por indicação do líder do governo, senador Jaques Wagner. O artigo mostra que a família do ministro Alexandre de Moraes tem o inédito contrato de advocacia de valor gigantesco: 129 milhões; que o ministro Dias Toffoli, relator do caso, é ligado ao Master via resort-cassino onde

recebe banqueiros, ou a advogado de banco que lhe dá carona em jatinho, e seus irmãos vendem cotas para advogado da JBS, da multa anulada.

Diante de tudo isso, o que recebe punição, o mais grave, é pagar ônibus para manifestantes irem a Brasília, ou escreverem com batom em estátua de granito. Isso dá 14 anos de prisão. O Supremo, os presidentes do Senado e da Câmara, e o presidente da República se juntam para que não haja consequências, como as que houve para Déboras e Romildas. Ou será um domínio. Sigilo sobre provas, inércia

sobre pedidos de impeachment, blindagens em CPIs. O editorial principal do Estadão da sexta-feira da semana passada afirma no título que estão "fazendo o país de Bobo". O pior de tudo é a banalização pelos brasileiros dessas gravíssimas ofensas à ética, aos princípios e à própria Constituição. Considerar, por exemplo, que um juiz do Supremo pode julgar um caso em que ele próprio está metido, como interessado, vítima, ou ligado por parentesco, é aceitar a falência da civilização no Brasil. Quem aceita a podridão como natural é porque já apodreceu sem notar.